



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681355 - DF (2021/0226931-7)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : RODRIGO CESAR DE OLIVEIRA RAMALHO
ADVOGADO : RODRIGO CESAR DE OLIVEIRA RAMALHO - DF017023
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : R S G (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de R. S. G. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (*Habeas Corpus* n. 0723099-54.2021.8.07.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde 16 de julho de 2021 e denunciado pela suposta prática do crime descrito no art. 217-A do Código Penal, por, no mínimo, 7 vezes.

O impetrante sustenta que "o Paciente não é pessoa desonesta nem possui a personalidade voltada para o crime. Ao contrário, é trabalhador, arrimo de Família e possui uma filha em tenra idade (Certidão de Nascimento às fls. 44 do Volume 2), sendo que sua permanência no cárcere pode vir a comprometer o sustento de seus dependentes, razão pela qual roga a Vossas Excelências que tal situação seja corrigida de imediato" (fls. 9-10).

Alega, ainda, que "inexiste na espécie o chamado *periculum libertatis*, pois como já exposto, o Paciente é pessoa honesta, de índole pacífica e não representa qualquer ameaça à ordem pública ou à instrução criminal. A corroborar tal assertiva, pode-se observar que por ocasião de sua prisão, os próprios agentes de polícia consignaram na Comunicação de Ocorrência (fls. 37 do Volume 2) que o Paciente não esboçou nenhum tipo de resistência e nada de ilícito foi encontrado em sua posse. Ademais, o Paciente possui endereço fixo (Comprovante de Residência às fls. 43 do Volume 2) e assume desde já a obrigatoriedade de comparecer a todos os atos processuais, não se justificando a adoção de medida de tão extrema da gravidade como a sua manutenção no cárcere" (fl. 10).

Requer, liminarmente e no mérito, a anulação da decisão que manteve a prisão preventiva do paciente, com a consequente expedição do alvará de soltura, com ou sem medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente